

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 18 DE ABRIL DE 1997**

*Senhores Ministros de Estado; Senhor Senador Alberto Lucena; Senhores Oficiais-Generais promovidos; Senhores Ministros do Superior Tribunal Militar; Senhoras e Senhores,*

Apraz-se presidir esta cerimônia, na qual os senhores, simbolicamente, reafirmam a subordinação das Forças Armadas a seu comandante.

Este é o sétimo grupo de almirantes, generais e brigadeiros que eu promovo, totalizando 201, nos três níveis, desde março de 1995. E isso diz bem da saudável renovação dos mais altos quadros de chefia, imposta por seu estatuto.

Nesse período, eu tenho constatado o acerto das indicações feitas pelos ministros, nas listas para minha escolha, as quais eu tenho avaliado integralmente.

Verifico, assim, que a responsabilidade constitucional, delegada pela sociedade às suas Forças Armadas, repousa sobre ombros confiáveis, onde as novas estrelas são sinal externo de hierarquia, mas também de disciplina e de capacidade profissional.

Isso dá, ao chefe da Nação, segurança, seja para, por exemplo, operar na parte da política externa, na cooperação com forças de paz internacionais, dada a certeza de que as tropas espelharão não apenas a natureza ordeira e pacífica do povo mas, igualmente, a qualidade dos seus comandantes; seja – continuando com os exemplos – para decidir empregar as Forças Armadas, em apoio a ações policiais, de interesse do país ou mesmo, operacionalmente, de forma convencional, como determinei em diretiva de fevereiro de 1996. Ou seja, para determinar que a política de defesa nacional consagrasse o binômio Diplomacia–Forças Armadas.

Esse pequeno, embora significativo, rol de citações, sobre o papel das Forças Armadas, demonstra muito bem que os seus componentes formam um grupo específico de servidores do Estado. E assim têm que ser reconhecidos pela Constituição Federal.

Com esse fim, encaminhei proposta de Emenda Constitucional ao Congresso, elaborada no âmbito dos ministérios militares e do EMFA, conforme eu havia orientado essas instituições.

Injunções conjunturais, ora devidas ao cronograma das reformas, ora devidas a episódios além das Forças Armadas, mas que se refletem em uma área do texto da proposta de emenda constitucional, têm retardado o seu andamento. Não obstante a aprovação daquele reconhecimento, é certa e conta com todo o meu apoio. É uma questão de mais tempo, menos tempo. Existe a disposição firme, do Congresso Nacional, no reconhecimento das características específicas desse tipo de servidores do Estado, que são os militares, e essa emenda será aprovada.

A coincidência pelo fato de os ministros militares terem proposto o nosso encontro na data de hoje, dia 18, fará com que, ao sair deste encontro, percorrendo uns poucos metros até o terceiro andar, o Presidente da República abranja, simbolicamente, grande parte do espectro social brasileiro.

Eu receberei, em audiência, representantes de um segmento da sociedade civil, que se organizou para reivindicar a causa justa da terra. Causa que defendo. E que, dentro dos limites da lei – é bom recalcar isso – e das possibilidades orçamentárias, eu atendo, lutando por medidas legais objetivas, implantando novos programas, desapropriando,

como nunca se fez em nossa História, assentando, procurando facilitar a emancipação – assim se chama – dos novos proprietários, ou seja, sua capacidade de viver sem ter que contar com a ajuda do Estado.

E nós nos sentaremos à mesa, em poucos instantes, para ouvi-los e para, novamente, convidá-los à convergência de esforços em benefício da causa, que é de todos nós, brasileiros. É assim a democracia. Talvez ela exija, mais que outros regimes, a paciência, até humildade, a capacidade de ouvir, mas ela requer, também, a boa-fé, requer, também, que haja um genuíno sentimento que leve à busca de soluções proveitosas para o conjunto da nação brasileira.

Eu me dedico, com muita energia, muito entusiasmo, às minhas tarefas e os que trabalham próximo a mim são testemunhas disso, porque eu acredito neste país. Eu acredito nesse povo, eu acredito na nossa capacidade, como sociedade organizada, de enfrentar os problemas com tranqüilidade, com espírito pacífico, buscando sempre melhorar a condição de vida, sobretudo daqueles que mais necessitam, e apesar de todos os esforços, que são muitos, de todos nós, ainda existe muito que fazer para que o Brasil se torne uma sociedade mais igualitária, onde haja menos exclusão e menos discriminação.

Não obstante o que nos move a todos – e digo esse “todos”, apropriadamente, nesta solenidade em que os novos oficiais-generais ou aqueles que foram promovidos aos mais altos escalões das Forças Armadas se apresentam ao Presidente da República –, digo “todos” com a certeza de que o País hoje sabe o que deseja, tem seu rumo, está no rumo certo e, dentro da democracia, irá alcançá-lo.

Eu não poderia encerrar este nosso encontro sem cumprimentá-los, a todos os senhores almirantes, generais, brigadeiros, pela promoção. Ela é o reconhecimento de seus méritos, é verdade, porém também é um investimento da Nação na própria segurança, confiando em sua sabedoria, serenidade, competência e patriotismo.

Eu aproveito a oportunidade para dizer de público o que disse a cada um, ao estender os meus cumprimentos às famílias, que têm papel relevante nas carreiras – que têm tido tanto êxito – dos senhores que vêm de ser promovidos. Eu compreendo muito bem o significado desta

reunião porque, como os senhores sabem, sou filho e neto de generais e me sinto, se me permitem um pouco o abuso por não estar uniformizado, em casa com os senhores.

Sejam felizes.